

SINOPSE DE REUNIÃO

“Reunião da Diretoria Colegiada do CBH Lagos São João”

Documentos convocatórios: Ofícios CBHLSJ n.º 165, de 20 de outubro de 2023; n.º 169, de 27 de outubro de 2023; e n.º 171, 31 de outubro de 2023

Data: 08/11/2023

Hora: 10h

Local: Videoconferência (plataforma *JitsiMeet*)

Presentes:

Membros: Eduardo Pimenta (Universidade Veiga de Almeida/Presidente); Dalva Mansur (Instituto de Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento Sustentável/Diretora do Subcomitê da Bacia do Rio Una); Caroline Fernandes (Concessionária Água de Juturnaíba/Vice-presidente); Leandro Coutinho (Colônia de Pescadores de Iguaba Grande - Z29/Secretário Geral); Edna Calheiros (Associação das Mulheres Empreendedoras Acontecendo em Saquarema – AMEAS/Diretora do Subcomitê da Lagoa de Saquarema).

Convidados: Raquel Trevizam (Secretária Executiva do CILSJ); Cláudia Magalhães (Coordenadora Técnica-administrativa do CILSJ); Aline Rodrigues Ribeiro (Analista Técnica do CILSJ); Leonardo Nascimento (Analista Técnico do CILSJ); Samara Miranda (Assistente administrativo do CILSJ/CBHLSJ); Thaisa Azevedo (Assessoria de Comunicação do CILSJ/CBHLSJ); Débora Gonzaga (Prefeitura Municipal de Silva Jardim).

Pauta:

- 1. Aprovação de sinopse de reunião anterior (03/08/2023);*
- 3. Controle de faltas das instituições nas reuniões de Plenária e das Câmaras Técnicas do CBHLSJ;*
- 4. Apresentação dos saldos remanescentes dos investimentos do CBHLSJ – Cláudia Magalhães (CILSJ);*
- 5. Aprovação do Programa Anual de Atividades e Desembolso (PAAD) 2024;*
- 6. Aprovação do Calendário de Reuniões 2024;*
- 7. Assuntos Gerais*

Pauta Executada:

- 1. Aprovação de sinopse de reunião anterior (03/08/2023);*
- 2. Apresentação dos saldos remanescentes dos investimentos do CBHLSJ – Cláudia Magalhães (CILSJ);*
- 3. Controle de faltas das instituições nas reuniões de Plenária e das Câmaras Técnicas do CBHLSJ;*
- 4. Assuntos Gerais*

Resumo:

O Sr. Eduardo Pimenta, Presidente do CBHLSJ, iniciou a reunião agradecendo a participação de todos, em seguida, foi solicitado a inversão de pauta, colocando os itens *4. Apresentação dos saldos remanescentes dos investimentos do CBHLSJ* e *5. Aprovação do Programa Anual de Atividades e Desembolso (PAAD) 2024*, respectivamente, logo após a aprovação da sinopse de reunião, tendo em

vista a relevância dos assuntos. Os Diretores presentes concordaram com a alteração. Seguiu-se, então, para **aprovação de sinopse de reunião anterior (03/08/2023)**. A mesma foi aprovada, sem ressalvas. Prosseguiu-se para o **segundo item de pauta**, sobre a **apresentação dos saldos remanescentes dos investimentos do CBHLSJ**. A Sra. Raquel Trevizam, Secretária Executiva do CILSJ, introduziu que seria apresentado a execução do Programa Anual de Atividades e Desembolso de 2023 (PAAD-2023); o status e fases dos projetos aprovados pelo Comitê; os saldos remanescentes e os saldos totais até setembro de 2023; a proposta de PAAD para 2024; e a proposição de calendário de reuniões e eventos do CBHLSJ para 2024, para aprovação do Comitê. Passou-se a palavra para Sra. Cláudia Magalhães, Coordenadora Técnica-administrativa, que iniciou falando do Plano Plurianual de Investimentos (PAP), que possuía a previsão de repasse no período de 2023 a 2027 no valor total de R\$ 14.284.979,01, sendo R\$ 2.690.641,10 para o ano de 2023; R\$ 2.771.360,33 para o ano de 2024; R\$ 2.854.501,14 para o ano de 2025; R\$ 2.940.136,18 para o ano de 2026; e R\$ 3.028.340,26 para o ano de 2027. Informou que no período de janeiro a setembro de 2023 foi repassado pelo INEA o montante total de R\$ 2.293.023,47, sendo R\$ 579.267,34 para o custeio; R\$ 152.865,93, para a rubrica de monitoramento de corpos hídricos da RH VI; R\$ 26.464,53 para a rubrica de Educação Ambiental e Comunicação Social; R\$ 84.288,64 para a rubrica Ações de Diretoria; e R\$ 1.450.137,03 para a rubrica de saneamento. Com exceção da rubrica de saneamento que havia a previsão de repasse para 2023 de R\$ 1.847.754,66, logo aguardando repasse no valor de R\$ 397.617,63, todas as demais rubricas já receberam o valor total previsto no PAP para o exercício de 2023. Informou ainda que além do valor do repasse apresentado previsto no PAP, o CILSJ também recebeu no primeiro semestre repasses referentes ao recurso da CUTE, sendo o valor de R\$ 365,05 referente a rubrica projetos, e o valor de R\$ 1.081.170,90 referente a rubrica Custeio da Delegatária, ressaltando que conforme deliberação do CERHI, o recurso da CUTE referente ao custeio estava aplicado em conta para ser utilizado sob deliberação do CBHLSJ. Dando continuidade, a Sra. Cláudia Magalhães projetou o PAAD 2023, e explicitou os valores disponíveis por programa: o programa *Ações de Diretoria* recebeu o saldo remanescente de 2022, no valor de R\$222.343,66, somado ao valor do PAP 2023, de R\$ 84.288,64, totalizando o montante de R\$ 306.632,30, tal recurso correspondia a 1,4% do valor total de investimentos do Contrato de Gestão INEA nº 61/2022 (CG nº 61/2022); os demais investimentos somava um montante de R\$ 19.152.014,63, oriundo do saldo remanescente de 2022, no valor de R\$ 17.124.929,51, mais o repasse do saldo do PAP 2023, no valor de R\$ 2.027.085,12, distribuídos entre ações de Saneamento; Monitoramento dos Corpos Hídricos; Restauração Ecológica; Educação Ambiental e Comunicação Social; Estudos de Hidrodinâmica do Rio São João; Ordenamento e fiscalização Integrada da Lagoa de Araruama; Revisão do Plano de Recursos Hídricos/Elaboração do Plano de Ordenamento dos usos múltiplos da Laguna de Araruama/Plano de abordagem Ecosistêmica CBHLSJ; Manutenção do banco de dados geográficos da bacia Lagos São João - SIG - Sistema de Informações Geográficas (SIGA SÃO JOÃO); Fundo de Boas Práticas Socioambientais em Microbacias Hidrográficas (FUNBOAS); e Monitoramento Estatístico Pesqueiro e auxílio à pesca. Em seguida, a Sra. Cláudia Magalhães apresentou o saldo para Custeio da Delegatária, no montante total de R\$ 1.029.267,34, oriundo do repasse do PAP 2023, de R\$ 579.267,34, mais a compensação financeira, de R\$ 450.000,00. Por fim, em 2023, a previsão de repasse recurso total para o CG nº 61/2022 era de R\$21.676.938,96, já incluído o recurso contingenciado e da CUTE, mencionados anteriormente. Prosseguindo, a Sra. Cláudia Magalhães apresentou a execução das ações planejadas e do recurso supracitado durante o período de janeiro a setembro de 2023: no *Indicador I - Nível de organização do planejamento anual de atividades* o Comitê previu a execução de 69 eventos durante o ano de 2023, dentre reuniões do Comitê, realização e participação em eventos, sendo realizado até o momento 54 eventos, o que corresponde ao cumprimento de 78% do total previsto; no *Indicador II - Nível de atendimento pela entidade delegatária aos encaminhamentos solicitados pelo COMITÊ*, que inclui a produção de documentos

oriundos das reuniões do Comitê, como lista de presença, ata de reunião, sinopse e minuta de resolução, estava previsto a elaboração de 142 documentos, sendo produzido até o momento 114 documentos, o que corresponde ao cumprimento de 80% do total previsto; no *Indicador 3 - Índice de execução física de ações prioritizadas pelo COMITÊ, previstas no PAP e no PAAD* estava previsto a elaboração da Matriz com ações prioritizadas e metas aprovadas pelo COMITÊ, o qual já foi realizado, sendo considerada uma meta atingida; no *Indicador 4 - Índice de recursos comprometidos em ações finalísticas*, foi comprometido 33% do valor disponível e a meta era comprometer no mínimo 25%, sendo, portanto, considerada uma meta atingida; para o *Indicador 5 - Índice de recursos comprometidos totais* foi desembolsado apenas 10% do recurso total disponível no CG nº 61/2022, de uma meta mínima de 30%. Tal meta não foi atingida devido, principalmente, aos impasses para contratação dos projetos de saneamento, já discutido anteriormente pelo Comitê, sendo a única meta a não ser atingida; no *Indicador 6 - Taxa de administração real da ENTIDADE DELEGATÁRIA*, que trata da avaliação da execução do plano de trabalho da Delegatária, no CG nº 61/2022 diz que quanto menor for a execução do valor previsto maior é a pontuação. Além disso, o CG previa que até 2027 as entidades Delegatárias deveriam atingir no máximo 10% de execução em relação ao valor total do CG para despesas operacionais. Diante do exposto, considerando o saldo atual disponível, o CILSJ utilizou apenas 5% desse montante, mantendo-se dentro da meta estabelecida. Isso demonstrava a eficácia de um plano de trabalho eficiente e de um controle rigoroso das despesas. A Sra. Cláudia Magalhães abriu a palavra para dúvidas e/ou ressalvas, antes de avançar na apresentação. A Sra. Dalva Mansur questionou sobre a marca do carro alugado pelo CILSJ, para atender as demandas do CBHLSJ. Foi informado que a marca era Renault Logan, contudo, o contrato não estipulava uma marca e modelo em particular e, por isso, o carro utilizado atualmente poderia ser trocado por outro a qualquer momento. A Sra. Dalva Mansur questionou sobre os carros que pertenciam ao CILSJ (Gol e Saveiro). A Sra. Cláudia Magalhães respondeu que ambos eram utilizados para atender as demandas administrativas e técnicas do CILSJ e dos CBH's. A Sra. Dalva Mansur comentou sobre a real necessidade de tantos carros, tendo em vista que as reuniões estavam sendo realizadas virtualmente, e informou que gostaria de verificar a quilometragem dos carros. A Sra. Cláudia Magalhães explicou que principalmente as demandas técnicas exigiam muitas saídas de campo em diferentes locais ao mesmo tempo, o que justificava a quantidade de carros. Não havendo mais comentários por parte dos diretores presentes, a Sra. Cláudia Magalhães prosseguiu para apresentação dos saldos remanescentes por rubrica. Rubrica *Ações de Diretoria*: Valor total = R\$ 240.773,48 resultado da somatória dos seguintes saldos: R\$ 222.343,66 (saldo remanescente de 2022) + R\$84.288,64 (repasso INEA) + R\$ 474,09 (restituições) + R\$ 20.545,11 (rendimentos de aplicações) – R\$ 86.878,02 (despesas); Rubrica *Saneamento*: Valor total = R\$ 14.131.588,19 resultado da somatória dos seguintes saldos: R\$ 11.935.600,99 (saldo remanescente de 2022) + R\$ 1.450.137,03 (repasso INEA) + R\$ 1.160.082,56 (rendimentos de aplicações) – R\$ 414.232,40 (despesas); Rubrica *Monitoramento de Corpos Hídricos da RH VI*: Valor total R\$ 1.140.430,83 resultado da somatória dos seguintes saldos: R\$ 998.542,11 (saldo remanescente de 2022) + R\$ 152.865,93 (repasso INEA) + R\$ 95.979,08 (rendimentos de aplicações) – R\$ 106.956,29 (despesas); Rubrica *Restauração Ecológica*: R\$ 849.532,68 resultado da somatória dos seguintes saldos: R\$ 816.040,51 (saldo remanescente de 2022) + R\$ 77.877,63 (rendimentos de aplicações) – R\$ 44.385,46 (despesas); Rubrica *Educação Ambiental e Comunicação Social*: Valor total R\$ 449.301,10 resultado da somatória dos seguintes saldos: R\$ 413.973,75 (saldo remanescente de 2022) + R\$ 26.464,53 (repasso INEA) + R\$ 40.209,17 (rendimentos de aplicações) – R\$ 31.346,36 (despesas); Rubrica *Estudos de Hidrodinâmica do Rio São João, qualidade da água, ações emergenciais e limpeza do Rio Una*: Valor total R\$ 139.899,50 resultado da somatória dos seguintes saldos: R\$ 243.466,43 (saldo remanescente de 2022) + R\$ 18.794,82 (rendimentos de aplicações) – R\$ 122.361,75 (despesas); Rubrica *Fiscalização Integrada da Lagoa de Araruama*: Valor total R\$ 142.143,62 resultado da somatória dos seguintes saldos: R\$

148.597,41 (saldo remanescente de 2022) + R\$ 13.253,79 (rendimentos de aplicações) – R\$ 19.707,59 (despesas); Rubrica *Revisão do Plano de Bacia da RH VI*: Valor total R\$ 1.528.927,76 resultado da somatória dos seguintes saldos: R\$ 1.570.074,04 (saldo remanescente de 2022) + R\$ 125.016,39 (rendimentos de aplicações) – R\$ 166.162,67 (despesas); Rubrica *Manutenção do Banco de Dados Geográficos da Bacia do Rio São João – Sistema de Informações do CBHLSJ*: Valor total R\$ 60.417,66 resultado da somatória dos seguintes saldos: R\$ 330.311,17 (saldo remanescente de 2022) + R\$ 22.603,35 (rendimentos de aplicações) – R\$ 292.496,86 (despesas); Rubrica *Fundo de Boas Práticas Socioambientais em Microbacias Hidrográficas*: Valor total R\$ 53.420,60 resultado da somatória dos seguintes saldos: R\$ 49.375,91 (saldo remanescente de 2022) + R\$ 4.044,69 (rendimentos de aplicações); Rubrica *Monitoramento Estatístico Pesqueiro e Auxílio à Pesca*: Valor total R\$ 670.277,02 resultado da somatória dos seguintes saldos: R\$ 618.947,18 (saldo remanescente de 2022) + R\$ 54.484,77 (rendimentos de aplicações) – R\$ 3.154,94 (despesas). A Sra. Cláudia Magalhães atentou que alguns projetos que ainda não estavam sendo executados possuíam despesas, esclarecendo que todo o investimento do CG era aplicado em CDB e, por lei, estava sujeito a desconto de imposto de renda. Finalizando a apresentação sobre os saldos remanescentes, projetou o saldo de Custeio da Delegatária = R\$ 1.623.677,81, resultado da somatória dos seguintes saldos: R\$ 225.860,52 (saldo remanescente de 2022) + R\$ 113.803,65 (recursos contingenciados – Ano 2022) + R\$ 1.029.267,34 (repasso INEA) + R\$ 1.081.535,95 (Custeio CUTE) – R\$65.802,05 (Restituições em 2022) + R\$ 77.082,76 (rendimentos de aplicações) – R\$ 838.070,36 (despesas 2023). Diante disso, o saldo total de investimento no contrato de gestão até setembro de 2023 era de R\$ 21.030.390,24. Em seguida, a Sra. Cláudia Magalhães apresentou os recursos financeiros disponíveis no CG, elucidando que a análise levou em conta o saldo de setembro de 2023, as projeções de repasse do INEA para 2024 e a exclusão dos recursos já comprometidos em projetos contratados. Acrescentou que tais informações eram cruciais para orientar o desenvolvimento do PAAD 2024 e, posteriormente, a revisão do PAP, pois esses recursos aguardavam a deliberação do Comitê para serem alocados em novos projetos. Rubrica *Ações de Diretoria*: Saldo remanescente R\$ 327.590,78, resultado da somatória dos seguintes saldos: R\$240.773,48 (Recurso recebido até setembro de 2023) + R\$86.817,30 (Recurso previsto para receber em 2024); Rubrica *Saneamento*: Saldo remanescente R\$ 12.980.216,02, contudo, se o Comitê aprovar o aporte de recurso nos projetos existentes o saldo passará a ser de R\$ 2.941.941,53. Destacou que ainda faltava o INEA repassar o montante de R\$ 397.617,63, referente a 2023, como mencionado anteriormente, porém tal valor estava contemplado nas projeções de repasse do INEA para 2024. Explicou que os saldos referentes aos projetos dos municípios de Saquarema e Casimiro de Abreu não estavam na planilha devido as respectivas Prefeituras terem solicitado a suspensão do processo de contratação. A Sra. Edna Calheiros questionou a situação do projeto de saneamento em Charqueado, no município de Saquarema. A Sra. Cláudia Magalhães explicou que estava em vias de contratação do projeto executivo para execução da obra, contudo, o CILSJ recebeu a visita do Subsecretário Municipal de Urbanismo de Saquarema, Sr. Danilo Goretti, que solicitou que não desse andamento, com a justificativa de que o local de intervenção ficava em área de concessão. Mediante a isso, o assunto foi levado ao Subcomitê da Lagoa de Saquarema, para discussão. A Sra. Edna Calheiros confirmou que o assunto foi discutido no Subcomitê e que a deliberação foi a apuração dos fatos junto à Concessionária Águas dos Rios e demais envolvidos, tendo em vista que a própria Prefeitura indicou o local. A Sra. Cláudia Magalhães externou que foi encaminhado um ofício à Prefeitura pedindo um posicionamento sobre o assunto e, também, à Concessionária, para apurar a questão da concessão, entretanto, sem retorno de ambas até o momento. A Sra. Edna Calheiros pediu ao CILSJ que tentasse organizar uma reunião presencial com as instituições mencionadas e expressou o desejo de participar. A Sra. Cláudia Magalhães informou que daria os devidos encaminhamentos a solicitação da Sra. Edna e acrescentou que o assunto era pauta da reunião presencial da Câmara Técnica de Saneamento e Drenagem Urbana (CT Saneamento),

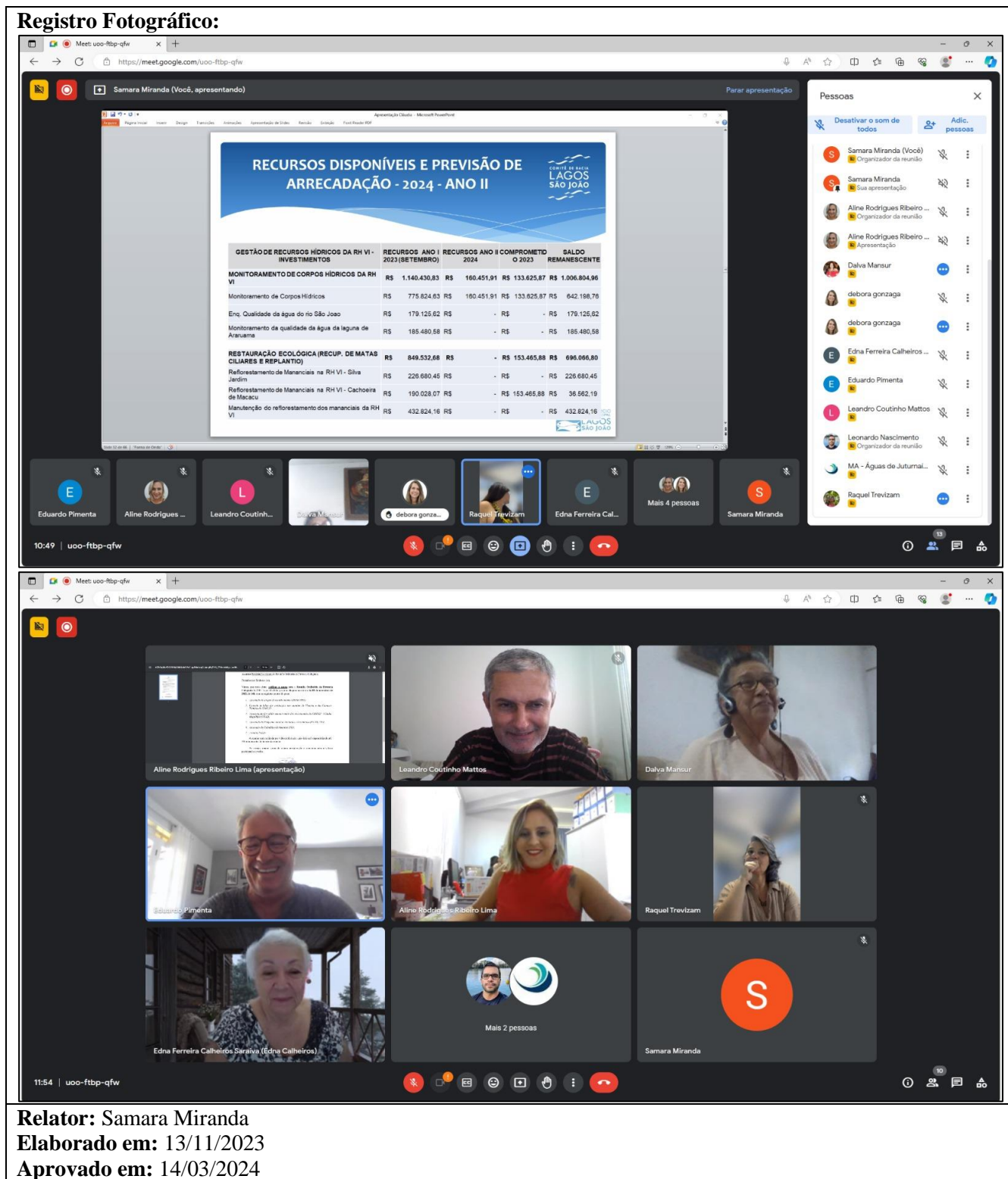
prevista para o dia 09/11/2023. O Sr. Eduardo Pimenta questionou sobre a possibilidade da Sra. Edna Calheiros participar da reunião da CT Saneamento. A Sra. Edna Calheiros externou que presencialmente não conseguiria participar, somente de forma remota. A Sra. Dalva Mansur se prontificou a agir como intermediária remota para Sra. Edna durante a reunião, a fim de promover sua participação. Em seguida, a Dalva Mansur questionou o motivo da Prefeitura de Casimiro de Abreu ter solicitado a suspensão do projeto de saneamento para o município. A Sra. Cláudia Magalhães elucidou que, ao submeter o projeto executivo, elaborado por uma empresa contratada pelo CILSJ, para a aprovação da Prefeitura, recebeu o retorno via ofício de que a obra já havia sido realizada e solicitando a substituição pelo projeto de reforma de um dos módulos da ETE do município. Acrescentou que o projeto enviado pela Prefeitura carecia de documentos técnicos suficientes, tornando necessária a contratação de uma empresa para complementação, além disso, era necessário realizar uma avaliação da capacidade da estrutura para receber a reforma. Tal demanda partiu da CT Saneamento e na próxima reunião da instância seria discutido o aporte de recursos para contratação do serviço. A Sra. Dalva Mansur sugeriu pedir o parecer técnico da Concessionária. A Sra. Cláudia Magalhães reiterou que o tema será abordado na próxima reunião da CT, para analisar e debater todas as questões relacionadas. A Sra. Cláudia Magalhães deu prosseguimento a apresentação dos recursos financeiros disponíveis no CG: Rubrica *Monitoramento de Corpos Hídricos da RH VI*: Saldo remanescente R\$1.167.256,87, resultado da somatória dos seguintes saldos: R\$1.140.430,83 (Recurso recebido até setembro de 2023) + R\$160.451,91 (Recurso previsto para receber em 2024) - R\$133.625,87 (recurso comprometido). A Sra. Débora Gonzaga, da Prefeitura de Silva Jardim, questionou se na renovação do contrato referente ao Programa de Monitoramento das Águas da RH VI foi incluído a coleta em caráter emergencial. A Sra. Cláudia Magalhães respondeu que devido ao curto prazo para renovação do contrato vigente, visando não perder o contrato, foi feito um aditivo apenas de prorrogação de prazo por mais 12 meses. Contudo, a equipe técnica estava trabalhando na elaboração do escopo para efetuar um acréscimo contratual, incluindo a extensão requerida. Retomando a apresentação, a Sra. Cláudia Magalhães passou para Rubrica *Restauração Ecológica*: Saldo remanescente R\$696.066,80, resultado da somatória dos seguintes saldos: R\$849.532,68 (Recurso recebido até setembro de 2023) - R\$153.465,88 (recurso comprometido); Rubrica *Educação Ambiental e Comunicação Social*: Saldo remanescente R\$150.600,37, resultado da somatória dos seguintes saldos: R\$4.053,39 (Recurso recebido até setembro de 2023) + R\$302.754,12 (Recurso previsto para receber em 2024) - R\$150.600,37 (recurso comprometido). O Sr. Eduardo Pimenta enfatizou os temas dos vídeos educativos, a saber, A relação de homens e mulheres com o uso de recursos hídricos na RH VI (Gênero e Água); Resíduos sólidos na RH VI; Mapeamento dos “Rios Ocultos da RH VI”; e o Ciclo da água na RH VI, contemplando neste tema os resultados da Lagoa de Araruama, conforme deliberado na última reunião da Câmara Técnica de Educação Ambiental e Comunicação Social (CTEACOM). A Sra. Cláudia Magalhães continuou a apresentação, passando para Rubrica *Estudos de Hidrodinâmica do Rio São João, Balanço Hídrico, Qualidade da Água, Ações Emergenciais e Limpeza do Rio Una*: Saldo remanescente R\$139.899,50. A Sra. Cláudia Magalhães ressaltou que para esta rubrica foi aprovada os projetos de revitalização do Rio Una e estudo de dragagem dos trechos críticos do Rio Una, no entanto, os valores eram insuficientes para contratação dos serviços. Com relação ao projeto de revitalização do Rio Una, a Sra. Dalva Mansur explicou que a meta consistia em obter as mudas, sendo a execução do serviço atribuída aos assentados, os quais receberiam uma compensação financeira, contudo, até o momento não obteve retorno do INEA e do INCRA, com a anuência para realização do projeto. Completou que percebeu a ausência de proatividade do CILSJ para conseguir a anuência junto ao INCRA. A Sra. Cláudia Magalhães afirmou que foi feita uma tentativa de contatar o órgão, mas sem sucesso, entretanto, tentaria novamente, para tentar agendar uma reunião. A Sra. Cláudia Magalhães seguiu para Rubrica *Fiscalização Integrada da Lagoa de Araruama*: Saldo remanescente R\$79.073,89, resultado da

somatória dos seguintes saldos: R\$142.143,62 (Recurso recebido até setembro de 2023) – R\$63.069,73 (recurso comprometido). O Sr. Eduardo Pimenta falou sobre o projeto de monitoramento por meio de um aplicativo de estatísticas pesqueiras nas lagoas de Araruama e Saquarema, que não teve progresso e mencionou a intenção de discutir a questão com o Sr. Francisco Guimarães e a Câmara Técnica de Pesca e Aquicultura (CT Pesca), sugerindo redirecionar os recursos do projeto em questão para atender a outras necessidades mais pertinentes, especialmente relacionadas à fiscalização da Lagoa de Araruama. O Sr. Leandro Coutinho corroborou com a fala do Sr. Eduardo Pimenta, destacando que o tema foi discutido na última reunião da CT Pesca. Continuando a apresentação, a Sra. Cláudia Magalhães seguiu para Rubrica *Revisão do Plano de Bacia da RH VI*: Saldo remanescente R\$203.234,63, resultado da somatória dos seguintes saldos: R\$1.528.927,76 (Recurso recebido até setembro de 2023) – R\$1.325.693,13 (recurso comprometido). Informou que o saldo remanescente supracitado seria investido para implementação do Plano de Ordenamento dos Usos Múltiplos da Lagoa, portanto, não havia recurso disponível na rubrica para investir em novos projetos ou em novas proposta; Rubrica *Manutenção do Banco de Dados Geográficos da Bacia do Rio São João - Sistema de Informações do CBHLSJ*: Saldo remanescente R\$9.748,86, resultado da somatória dos seguintes saldos: R\$60.417,66 (Recurso recebido até setembro de 2023) – R\$50.668,80 (recurso comprometido); Rubrica *Fundo de Boas Práticas Socioambientais em Microbacias Hidrográficas*: Saldo remanescente R\$53.420,60; Rubrica *Monitoramento Estatístico Pesqueiro e Auxílio à Pesca*: Saldo remanescente R\$670.277,02. A Sra. Cláudia Magalhães voltou a falar do projeto de monitoramento por aplicativo de estatística pesqueira das lagoas de Araruama e Saquarema, para o qual foi destinado o montante de R\$271.826,16, contextualizando que foi feito uma contratação em 2021, contudo, a contratada não apresentou capacidade técnica operacional, e, por isso, foi feito um distrato do contrato. Então foi feita uma nova pesquisa que mercado, onde se identificou que o preço médio para contratação do serviço era de R\$596.291,97. A Sra. Raquel Trevizam comunicou que estava em negociações para impulsionar projetos que estavam estagnados por um longo período e que vinha articulando reuniões com a FIPERJ e o coordenador da CT Pesca, Sr. Francisco Guimarães, na tentativa de dar seguimento a esses assuntos. Em relação ao estudo da dinâmica populacional de peixes e camarões na Lagoa de Araruama, a FIPERJ indicou que algumas universidades já estavam conduzindo estudos nessa área e que, inclusive, existia a proposta em andamento para avançar nesse estudo analítico básico, aproveitando as informações já disponíveis e utilizadas pela própria FIPERJ. O Sr. Eduardo Pimenta corroborou com a fala da Sra. Raquel Trevizam, acrescentando que era preciso repensar os projetos que não estava avançando. Dando sequência, a Sra. Cláudia Magalhães projetou o recurso financeiro disponível no CG para Custeio da Delegatária: Saldo remanescente R\$1.865.041,93 resultado da somatória dos seguintes saldos: R\$1.623.677,81 (saldo até setembro de 2023) + R\$616.850,43 (previsão de repasse para 2024) – R\$375.486,32 (recurso comprometido). Diante de todo o exposto, o saldo total de investimentos a ser comprometido em 2024 era de R\$18.342.427,26, contudo, se o Comitê deliberar aportar os recursos nos projetos de saneamento, passará a ser de R\$8.143.700,86. Em seguida, a Sra. Cláudia Magalhães apresentou a situação dos projetos aprovados pelo Comitê, destacando os seguintes projetos: Projeto de saneamento nos municípios de Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio e Silva Jardim aguardavam a aprovação de aporte de recurso pelo Comitê para publicar o edital de licitação; Projeto de saneamento no município de Iguaba Grande foi contratada e a ordem de início emitida no dia 06/11/2023 para início das atividades a partir do dia 07/11/2023; Projeto de saneamento no município de Araruama foi contratada e já estava em execução; Projeto de saneamento nos municípios de Saquarema e Casimiro de Abreu, como mencionado anteriormente, aguardavam a tramitação e acordos entre Prefeituras, Comitê e Consórcio, para dar os devidos encaminhamentos; Programa de Monitoramento de Corpos Hídricos da RH VI estava no segundo ano de execução e o setor técnico estava trabalhando no escopo visando incluir as coletas em caráter emergencial ao

contrato; o Projeto de reflorestamento de mananciais na RH VI, em Cachoeira de Macacu, foi contratado e estava em execução; o Projeto de reflorestamento de mananciais na RH VI, em Silva Jardim, estava em fase de cotação para compor o preço de referência para licitação; o Projeto de manutenção do reflorestamento dos mananciais da RH VI seria dado andamento ao final da execução dos projetos de reflorestamento supracitados; sobre o Projeto de revitalização do leito do rio Una e o Projeto de estudo de dragagem de trechos críticos rio Una, o recurso aportado para contratação dos serviços eram insuficientes, mas conforme dito anteriormente, seria realizado uma articulação junto ao INCRA para dar andamento a execução dos recursos; Serviços contratados para atendimento ao Projeto de fiscalização integrada da lagoa de Araruama: kit alimentação, aquisição de combustível, aquisição de óleo motor, aluguel de marina para armazenamento da embarcação do Comitê e reparo do motor adquirido pelo Comitê; o Projeto de revisão do Plano de Bacia da RH VI foi contratado e estava em execução; Projeto SIGA SÃO JOÃO foi contratado e estava em fase de finalização; Projeto FUNBOAS, a elaboração do escopo ainda não foi iniciado, contudo, acreditava que o recurso disponibilizado era insuficiente para contratação; Projetos de Monitoramento Estatístico Pesqueiro e Auxílio à Pesca: o recurso alocado era insuficiente, no entanto, estava sendo discutido a possibilidade de celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a FIPERJ para executar os projetos. Dando continuidade, a Sra. Cláudia Magalhães informou que apresentaria, apenas para conhecimento e reflexão futura, as demandas de ação e projetos do Comitê que precisavam de aporte de recurso. Sobre o Projeto SIGA SÃO João foi observado que não havia previsão de repasse futuro no PAP vigente, para manutenção e operacionalização do Sistema ao longo do CG. Sugeriu, então, remanejar recurso da rubrica de “Monitoramento de Corpos Hídricos” para viabilizar o aditivo do contrato. Estimou que era necessário o aporte de aproximadamente R\$240.000,00, para contratação de uma empresa para realizar manutenção e operacionalização do Sistema ao longo de 2024 e quando fosse revisar o PAP seria discutido a alocação de recurso para manutenção e operacionalização do Sistema ao longo do CG; Sobre o Projeto de Fiscalização Integrada da Lagoa de Araruama, ressaltou sobre a necessidade de adquirir uma carreta, devidamente licenciada, para transporte da embarcação do Comitê e de contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva para embarcações e motores náuticos, tanto do Comitê quanto dos municípios abrangidos pelo corpo hídrico, utilizados nas atividades do Projeto. A Sra. Dalva Mansur comentou que não era atribuição do Comitê fiscalizar e que tal competência cabia as Prefeituras. O Comitê poderia apoiar com disponibilização de lanches e combustível, entretanto, não era sua obrigação assumir a responsabilidade para compra de equipamentos ou manutenção de equipamentos da Prefeitura. O Sr. Eduardo Pimenta corroborou com a fala da Sra. Dalva Mansur, e completou que as Prefeituras, principalmente em 2023 e 2024, não tinham interesse em fiscalizar, por serem anos de eleição. O tema era uma questão muito complexa, e já existia um histórico enorme sobre isso. O Comitê não podia assumir o compromisso de fiscalização, pois não estava previsto em seu Regimento Interno (R.I.), sendo uma atribuição dos municípios, através de suas secretarias afins e guardas municipais e ambientais, do Estado e da Federação. A Diretora Edna Calheiros se manifestou favorável ao posicionamento da Sra. Dalva Mansur e do Sr. Eduardo Pimenta. A Sra. Dalva Mansur solicitou retirar os serviços citados da previsão e alocar o recurso em outra ação. Completou que havia possibilidades gratuitas para armazenagem da embarcação do Comitê. A Sra. Cláudia Magalhães enfatizou que a deliberação partiu do próprio Comitê, através da CT Pesca. Memorou que, anteriormente, a embarcação ficava em uma marina sem custos, no entanto, essa abordagem dificultava a cobrança, e houve casos de retirada da embarcação sem aviso prévio. Diante dessa situação, o Comitê decidiu alocar recursos para contratar uma marina, visando evitar esse tipo de problema. A Sra. Dalva Mansur explanou que nesse caso, a marina contratada deveria disponibilizar carreta e, portanto, não era necessário adquirir uma. Dando prosseguimento, a Sra. Cláudia Magalhães abordou a demanda do Comitê de dar continuidade na execução do Fórum da Juventude e que não existia previsão de recurso para o mesmo. Sendo assim, o Comitê deveria

avaliar se iria alocar recurso para sua execução e de onde sairia esse recurso; Em relação ao estudo sobre a cobrança pelo uso da água, foi esclarecido que uma resolução do Comitê havia alocado recursos para contratar o serviço. Contudo, durante a transição de 2020 para 2021, houve um desconto nos recursos da conta da CUTE, resultando na dedução de parte do montante destinado ao referido projeto; Sobre o Estudo de Modelagem do Rio Una, para o mesmo também não havia previsão de repasse de recurso e o custo do serviço estava estimado em aproximadamente R\$ 700.000,00, tendo como base a contratação do estudo de modelagem hidrodinâmica do Rio Capivari. Por fim, a Sra. Cláudia Magalhães informou que, até a presente data, o CBHLSJ aprovou um total de 37 projetos, entre os quais 9 estavam em execução (Projetos de saneamento nos municípios de Araruama, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia, Programa de Monitoramento da RH VI, reflorestamento em Cachoeira de Macacu, Curso de capacitação em recursos hídricos, revisão do Plano de Bacia da RH VI, Fiscalização Integrada da Lagoa de Araruama e SIGA SÃO JOÃO); 1 projeto estava com a licitação marcada (Produção de vídeos educativos); 5 projetos em tramitação para licitar (Projetos de saneamento nos municípios de Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Silva Jardim e Rio das Ostras); 4 projetos em fase de orçamento (Projeto de mobilização social para obra de Araruama, Projeto de Sinalização das obras de Iguaba Grande, Cabo Frio e Arraial do Cabo, Contratação de assessoria técnica para emissão de parecer técnico para obra de Casimiro de Abreu e Reflorestamento em Silva Jardim); 3 projetos em fase de elaboração do escopo (Enquadramento da qualidade da água do Rio São João, Monitoramento da qualidade da água da laguna de Araruama e Manutenção do reflorestamento nos mananciais da RH VI); 1 projeto que dependia de conclusão de outro projeto para licitar (Revisão do Plano de Bacia da RH VI); 3 projetos suspensos a pedido das Prefeituras (Projetos de saneamento nos municípios de Casimiro de Abreu, Rio das Ostras e Saquarema); 3 projetos em discussão para celebração de acordo de cooperação técnica (Monitoramento estatístico pesqueiro do rio São João, Estudo da dinâmica Populacional de Peixes e Camarões da Lagoa de Araruama e Estudo da dinâmica populacional de Peixes e Camarões da Lagoa de Saquarema); 6 projetos com orçamentos insuficientes (Projeto Gênero, Água e Saneamento na RH VI, Programa de educação ambiental e comunicação social, Revitalização do leito do rio Una, Estudo Dragagem trecho críticos do rio Una, FUNBOAS e Aplicativo estatístico pesqueiro nas lagunas de Araruama e Saquarema); e 2 projetos com orçamentos não previstos no PAP (Estudo da Cobrança pelo Uso da Água e Estudo da Modelagem do Rio Una). A Sra. Cláudia Magalhães finalizou a prestação de contas referente ao exercício de 2023 e informou que avançaria para apresentação da proposta do PAAD para 2024. A Diretoria decidiu que tal assunto seria discutido em outro momento, em uma reunião extraordinária, dentro do prazo que não comprometa as demais demandas e a avaliação institucional, por se tratar de um assunto extenso e que necessitava de uma avaliação mais profunda. Prosseguiu-se, então, para o próximo item de pauta, sobre o **controle de faltas das instituições nas reuniões de Plenária e das Câmaras Técnicas do CBHLSJ**. A Sra. Aline Ribeiro explicou que uma planilha de controle foi enviada por e-mail para que os Diretores tomassem conhecimento e providenciassem os encaminhamentos necessários, tendo em vista que a Câmara Técnica Institucional Legal (CTIL), CTEACOM, CT Saneamento e CT Pesca já haviam atingido capacidade máxima de membros, conforme R.I. e que havia outras instituições aguardando liberação de vaga. Em seguida, apresentou as instituições que possuíam três faltas consecutivas nas reuniões das instâncias do Comitê. Ficou deliberado, então, o envio de notificação de possibilidade de desligamento às instituições ausentes, tanto nas CT's supracitadas quanto na Plenária, cumprindo o rito estabelecido no R.I. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a reunião foi encerrada.

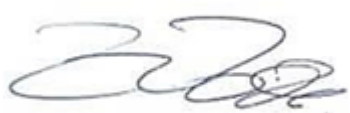
Registro Fotográfico:



RECURSOS DISPONÍVEIS E PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO - 2024 - ANO II

GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DA RH VI - INVESTIMENTOS	RECURSOS ANO I 2023 (SETEMBRO)	RECURSOS ANO II 2024	COMPROMETIDO 2023	REMANESCENTE	BALDO
MONITORAMENTO DE CORPOS HÍDRICOS DA RH VI	R\$ 1.140.430,83	R\$ 160.451,91	R\$ 133.625,87	R\$ 1.006.804,96	
Monitoramento de Corpos Hídricos	R\$ 775.824,63	R\$ 180.451,91	R\$ 133.625,87	R\$ 642.198,76	
Enq. Qualidade da água do rio São João	R\$ 179.125,62	R\$ -	R\$ -	R\$ 179.125,62	
Monitoramento da qualidade da água da laguna de Araruama	R\$ 185.480,58	R\$ -	R\$ -	R\$ 185.480,58	
RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA (RECUP. DE MATAS CILIARES E REPLANTIO)	R\$ 849.532,66	R\$ -	R\$ 153.465,88	R\$ 696.066,80	
Reforçamento de Mananciais na RH VI - Silva Jardim	R\$ 228.680,45	R\$ -	R\$ -	R\$ 228.680,45	
Reforçamento de Mananciais na RH VI - Cachoeira de Macacu	R\$ 190.028,07	R\$ -	R\$ 153.465,88	R\$ 36.562,19	
Manutenção do reforçamento dos mananciais da RH VI	R\$ 432.824,16	R\$ -	R\$ -	R\$ 432.824,16	

Relator: Samara Miranda
Elaborado em: 13/11/2023
Aprovado em: 14/03/2024



EDUARDO GOMES PIMENTA

Diretor-Presidente do CBHLSJ